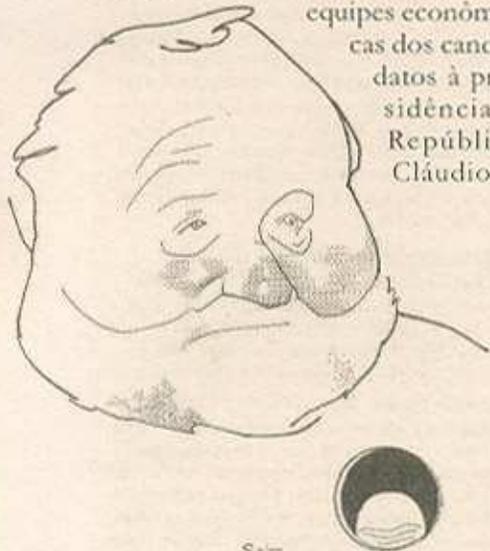


ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ, IERJ E SINDECON-RJ

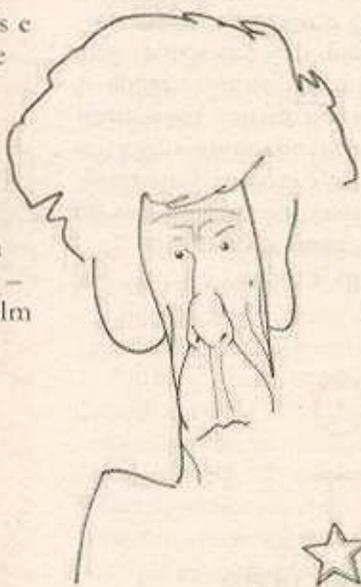
AS PROPOSTAS DOS PRESIDENCIÁVEIS

Como superar as restrições fiscais e externas? A questão norteou o debate promovido no Dia do Economista, com representantes das

equipes econômicas dos candidatos à presidência da República – Cláudio Salm



Salm



Prado

(José Serra), Maurício Dias David (Ciro Gomes) e Antônio Prado (Luiz Inácio Lula da Silva). O representante do candidato Anthony Garotinho não pôde comparecer. Um resumo editado das palestras é publicado nas páginas centrais desta edição.

Páginas 8, 9 e 10



David

Prefeitura do Rio faz caixa para 2003

A análise feita pela equipe do Fórum Popular de Orçamento sobre o Relatório de Gestão Fiscal do Orçamento do Rio, relativo ao período janeiro/abril, mostra que o Executivo municipal está contendo despesas, no evidente intuito de fazer caixa para o próximo ano. Até abril, o superávit orçamentário somava R\$ 774 milhões. A grande pergunta é saber qual a intenção do prefeito carioca com essa política.

Página

15

Economistas vão às urnas

Em 30 de outubro, os economistas registrados no Corecon-RJ vão às urnas escolher o terço que renovará o Conselho Regional de Economia do Rio. A votação será na sede da entidade e serão aceitos votos pelo correio. Vão ser eleitos três conselheiros efetivos e três suplentes, com mandato de três anos, e mais um delegado eleitor efetivo e um suplente para o Colégio Eleitoral do Cofecon.

Página

16

As soluções para as dívidas externas

Três propostas polarizam o debate internacional sobre as dívidas externas dos países em desenvolvimento. A primeira do FMI quer se antecipar a uma crise generalizada de moratórias. A segunda, da Unctad, afirma a necessidade de uma nova arquitetura financeira internacional. A última, da Attac e do Comitê pela Anulação da Dívida, sustenta que a anulação representaria perdas de 5% do portfólio dos credores.

Página

5

EDITORIAL

CRESCER E DISTRIBUIR A RENDA

O debate promovido no Dia do Economista com os representantes das equipes econômicas dos candidatos à presidência da República mostrou, em linhas gerais, que os grandes obstáculos para o governo que assumir em janeiro próximo serão mesmo os constrangimentos fiscais e a vulnerabilidade externa, que expõe o país a constantes necessidades de atração de capitais estrangeiros para fechar as contas do balanço de pagamentos.

Apesar da observação feita por um dos participantes de que a meta de superávit fiscal, para 2003, de 3,75% do PIB, não ter sido alcançada em nenhum momento do governo FHC, ninguém tocou em questões que alterem os compromissos que o país firmou e vem firmando com o FMI.

Afirmou-se, consensualmente, a meta de retomar o crescimento econômico, porém, sem indicação de como será possível essa retomada em um ambiente de crise e recessão mundial, com escassez de créditos e uma enorme agenda de pagamentos.

Pequenas diferenças, contudo, foram bem vindas. Entre elas, a que se distinguiu das demais propostas ao afirmar a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil, que não apenas gere emprego, mas também distribua a renda. A combinação de crescimento econômico com distribuição de renda, como observou um dos palestrantes, é rara em nossa história. Tomara que estejamos às vésperas do seu retorno à economia nacional.

Uma boa leitura a todos. ■

ORÇAMENTO NA INTERNET

Profissionais podem acompanhar execução orçamentária através da página dos economistas na rede

Com o objetivo de garantir a transparência do Orçamento do Corecon-RJ, a Secretaria de Administração e Finanças publica na página do Conselho, na internet, o acompanhamento mensal da receita e despesa. São informados os resultados do que foi executado, a partir de valores previstos na proposta orçamentária elaborada pelo Corecon-RJ e aprovada pelo Conselho Federal de Economia.

Publicamos, ainda, a relação de cheques emitidos a cada mês, especificando a natureza da despesa, a referência do crédito e o valor. Assim, estamos prestando contas de cada cheque emitido e, conseqüentemente, proporcionando um detalhamento maior da despesa.

Além da transparência, introduzimos instrumentos de controle e segurança nas despesas, com a utilização dos Empenhos. Com este instrumental, nenhuma despesa é realizada, se não for devidamente autorizada por um Empenho, que passa pelo visto dos Secretários Executivos e de Administração e, só então, é autorizada pelo Presidente do Corecon-RJ.

É importante ressaltar que a publicação das contas do Conselho na internet é uma forma do economista acompanhar o destino do valor pago anualmente por cada profissional registrado.

Visite nossa página:
www.economistas.com.br ■

economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ, IERJ E SINDECON - RJ
ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Cláudio Leopoldo Salm, Helena Maria Martins Lastres, Hildete Pereira de Melo, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cyhlar Monteiro, Paulo Sérgio Souto e Rinaldo Gonçalves • Edição: Corecon - Conselho Regional de Economia - Rio de Janeiro - Telefax: 2232-8178 - e-mail: coreconrj@alternex.com.br - homepage: <http://www.economistas.com.br>

• Editor: Nilo Sérgio Gomes • Caricaturista: Cássio Loredano • Projeto gráfico: André Lippmann, José Mira e Marcelo Pava • Editoração eletrônica: André Lippmann • Foto: e Impressão: Tipológica • Tiragem: 13.000 exemplares • Periodicidade: Mensal - As matérias assinadas por colaboradores não refletem necessariamente a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • Cep: 20054-900
Telefax: (21)2232-8178 ramal 22
E-mail: coreconrj@alternex.com.br
Homepage: <http://www.economistas.com.br>

Presidente: Ronaldo Remy Rangel • Vice-presidente: João Manoel Gonçalves Barbosa • Conselheiros Efetivos: Ângela Maria Puppim Buzimovsky, Francisco Bernardo Karam, Helena Maria Lastres, Hildete Pereira de Melo, João Manoel Gonçalves Barbosa, Maria José Cyhlar Monteiro, Paulo Sérgio Souto • Conselheiros Suplentes: Arthur Câmara Cardoso, Eduardo Carnos Scaletsky, José Antonio Lutterbach Soares, Julio Dirlitz, Julio Flavio Miragaya, Luiz Mario Behrken, Mano Luiz Freitas, Mauro Osorio, Sandra Maria Carvalho de Souza.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
Rio de Janeiro • RJ • Cep: 20031-000
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • E-mail: sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascoalto da Rocha • Coordenador de Assuntos Institucionais: Paulo Passarinho • Diretores de assuntos institucionais: Adhemar dos Santos Mineiro, Rogério da Silva Rocha, Enilce Leite Melo, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Luiz Mario Behrken, Antônio Melki Jr. e Renato Luiz Mello de Oliveira • Coordenador de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa • Diretores de relações sindicais: Sandra Maria Carvalho de Souza, Eduardo Mendes Callado, Carlos Tibirici Miranda, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Regina Gadioli dos Santos, Paulo Gonzaga Mibeli de Carvalho e Marcelo Sereno • Coordenador de Divulgação e Finanças: Gilberto Alcantara da Cruz • Diretores de divulgação e finanças: Benni Faerman e Eduardo Carnos Scaletsky • Conselho Fiscal: Ademir Figueiredo, José Viegas e Jorge de Oliveira Camargo.

IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 • 16º andar • Rio de Janeiro
RJ • Centro • Cep: 20054-900 • Tel.: (21)2509-1077
Telefax: 232-8178 ramal 22 • E-mail: ierj@alternex.com.br

Presidente: Cláudio Leopoldo Salm • Vice-presidente: Hildete Pereira de Melo • Diretor de Finanças: Erickson Teixeira Lima • Diretora Executiva: Glória Maria Moraes, José Eduardo Cascolato, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Mario Cordeiro de Carvalho Júnior, Nelson Victor Le Coq, Paulo Gonzaga Mibeli, Renata Leite Pinto Nascimento, Ruth Espinoza Soriano de Souza Nunes, Sílvia Renato Pires de Figueiredo.

DÍVIDA INTERNA Nelson Victor Le Cocq d'Oliveira*

NOVOS RUMOS PARA UM NOVO CRESCIMENTO

Proposições para uma retomada do crédito no país, combinada com uma recomposição da dívida interna. É preciso desmontar a armadilha da atual política monetária e armar um novo modelo de crescimento

A raiz dos males atuais nas contas externas do Brasil foi germinada a partir do início da década de 90. Foi no período Collor, quando Arminio Fraga foi diretor da área externa do Banco Central, que teve início a liberalização financeira, possibilitando o livre acesso de capitais externos para aplicações em títulos e bolsas de valores no Brasil.

A partir de 1994, esse ingresso de capitais cumpriu um papel fundamental para financiar o aumento das importações de produtos de todo o tipo, o que contribuiu para que, inicialmente, observássemos uma queda nos preços de inúmeras mercadorias. O governo financiou a expansão das importações, adotando taxas de juros internas significativamente mais elevadas que as taxas praticadas nos países desenvolvidos. A lógica dos juros agressivamente altos se baseia em três aspectos. O primeiro é o desejo de dissuadir os proprietários de riqueza líquida de converterem em dólares esta riqueza e enviarem esses recursos para o exterior. Como outros mecanismos institucionais de controle das remessas de moeda para o exterior foram abolidos, os juros paradisíacos pagos aos proprietários de recursos líquidos passaram a se justificar como estratégia de retenção no país da riqueza líquida volátil.

A segunda função do abusivo custo do crédito no Brasil é estimular a contratação de empréstimos *fora do país*, como mecanismo de atração de dólares. A terceira faceta da política de juros elevados é a contenção do consumo e da produção domésticas, para impedir que os níveis de importação se tornem disruptivamente elevados.

Isto explica a complacência com o oligopólio bancário, que transforma as taxas básicas praticadas pelo Banco Central, hoje inferiores

a 19% ao ano, em taxas ao setor privado que oscilam entre 60% a 150%, ao ano. Não é atoa que os bancos têm acumulado uma brutal rentabilidade, atestada pelos resultados obtidos nos balanços publicados semestralmente.

Juros elevam a dívida

O empresariado doméstico, acossado pela concorrência externa, tem sua situação agravada pelo exorbitante custo do crédito para capital de giro. Como resultado, tivemos uma desnacionalização vertiginosa, abarcando desde autopeças até as indústrias de alimentos. A venda dessas empresas representou um momentâneo alívio no Balanço de Pagamentos, mas o esgotamento do estoque de empresas vendáveis passa a desvendar os aspectos perniciosos deste mecanismo de atração de dólares. Como foi exposto tanto por estudos do próprio Banco Mundial como da UNCTAD, tais empresas passam a constituir um permanente sangradouro de divisas, já que seus novos proprietários – residentes no estrangeiro – demandam remessas crescentes de dólares a título de lucros e dividendos.

A manutenção de taxas de juros elevadas acarretou um efeito de bola de neve sobre a dívida pública interna, hoje em torno de R\$ 700 bilhões. Com juros próximos a 20% ao ano, somente o pagamento de juros significaria uma despesa anual de R\$ 140 bilhões por parte do governo federal. Como a arrecadação tributária se presume em torno de R\$ 230 bilhões, a mera rolagem da dívida significa comprometer 60,9% das receitas tributárias, o que é um índice absolutamente inaceitável sob qualquer

ponto de vista. Além disso, nos últimos anos, o governo optou por indexar uma parte crescente – que já atinge aproximadamente um terço do total – dos títulos à variação cambial. Qualquer subida no dólar acarreta imediatamente a expansão dos valores desses títulos e, portanto, do volume geral da dívida interna.

A dificuldade crescente em assegurar o pagamento da dívida interna gera um movimento de fuga de capitais para o exterior, ajudando a exaurir as reservas em dólares do Banco Central. Assim, a dívida *interna* passa a se tornar um foco de instabilidade e perda de confiança, inclusive, na capacidade de pagamento da dívida *externa*.

Cenários

I maginemos agora que o próximo governo tenha como metas:

- a) estabelecer um controle provisório sobre a evasão imotivada de divisas;
- b) uma recomposição do perfil da dívida interna em termos de prazos e custos;
- c) a obtenção de uma folga financeira nos recursos orçamentários disponíveis, com o fito de promover investimentos públicos em infra estrutura e gastos sociais, e
- d) uma queda gradual nas taxas de juros hoje impostas pelo sistema bancário ao setor privado da economia.

Tomando em conta esses objetivos, vamos supor que, nos meses iniciais do próximo governo, vençam parcelas da dívida interna na ordem de R\$ 50 bilhões. Suponhamos ainda que a próxima gestão do Banco Central não aceite refinar essa dívida por juros superiores a 14% ao ano, e prazos inferiores a 24 meses. Caso o sistema financeiro doméstico privado não

julgue conveniente a aquisição de novos títulos com estas características, duas opções complementares podem ser adotadas pelo governo. A primeira é a aquisição de parte desses títulos pelas instituições financeiras públicas e / ou a emissão primária de moeda, autorizada por medida provisória se for o caso, para efetuar à vista o pagamento desses compromissos.

A injeção de recursos deste montante no sistema financeiro nacional acarretará, tendo em vista a impossibilidade antes referida de conversão de reais em dólares, um movimento da rede bancária no sentido de redirecionar esses recursos para a concessão de créditos ao setor privado. A queda nos *spreads* bancários atualmente em vigor é assim facilmente previsível, mas não é conveniente uma rápida expansão do crédito – e da produção e do consumo – com uma intensidade que possa traduzir-se em pressão sobre o nível de preços.

O controle sobre o ritmo e o volume de expansão do crédito deverá ser exercido através do manejo das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o qual, como se sabe, é determinado livremente pela autoridade monetária, pois o próprio Código Tributário Nacional lhe reserva um papel de instrumento auxiliar na condução da política monetária. Isto não impede que o mesmo sirva também como fonte de arrecadação tributária, engrossando recursos à disposição das políticas do executivo Federal.

Um IOF de 5% poderia evitar uma aceleração mais intensa no uso do crédito. Se supusermos o redirecionamento de R\$ 50 bilhões para o crédito ao setor privado em empréstimos de 12 meses, com alíquotas de IOF de 5%, isto significa um aumento na arrecadação de R\$ 2,5 bilhões anuais. Caso toda a política fiscal permanecesse constante, somente estes recursos já permitiriam alguns dispêndios suplementares em programas sociais.

Cadernetas do Tesouro

Outras medidas deverão ser tomadas para a recomposição do *funding* da dívida

pública. O lançamento de um produto financeiro denominado Caderneta do Tesouro Nacional, a princípio reservado a instituições públicas federais, é instrumento útil para modelagem de um novo padrão de financiamento dos gastos públicos. É um sucedâneo das cadernetas tradicionais, mas com remuneração de 1% ao mês, isenta de CPMF e de imposto de renda, totalmente garantida pelo governo federal, com prazo de aplicação mínima de três meses e valor mínimo de R\$ 10.000,00. A cada seis meses de permanência dos recursos aplicados será concedida, a título de prêmio, uma remuneração adicional de 1%, tornando mais atrativa a continuidade da aplicação.

Essas Cadernetas do Tesouro Nacional são na verdade títulos públicos diretamente transacionados com o setor privado não financeiro, cabendo às instituições bancárias encarregadas de sua venda tão somente uma taxa de corretagem e custódia, ou manutenção dos registros pertinentes.

A implantação da modalidade de captação de recursos para financiamento do Tesouro reeditará no Brasil procedimento usual em países desenvolvidos, além de democratizar – mesmo que em termos relativos – o acesso do público aos rendimentos concedidos pelo Tesouro, rendimentos esses que hoje são monopólio das instituições financeiras.

Nas condições acima expostas, o custo desses recursos estará próximo de 15% ao ano, já computadas as despesas de corretagem devidas à rede bancária. Permitirá ainda uma gradual recomposição da dívida interna, respeitados os prazos de vencimento dos títulos hoje no mercado, cuja renovação será mais facilmente obtida a partir da existência desta modalidade alternativa de financiamento direto junto ao público.

O lançamento de um produto financeiro denominado Caderneta do Tesouro Nacional é instrumento útil para modelagem de um novo padrão de financiamento dos gastos públicos

Essas são algumas medidas objetivando a recomposição do perfil da dívida pública interna. Sua gestão, resguardadas as premissas aqui assumidas, mostra ser factível a gradual baixa nos juros básicos da economia, inclusive naqueles praticados pelo sistema financeiro em suas operações com o setor privado. Ademais, mostra a viabilidade de uma gradual melhora nas finanças públicas, mesmo em um quadro onde se imponham liquidações significativas de parcelas da dívida pública em poder dos bancos.

*** Professor de economia e diretor do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (IERJ)**

1 Vide *Investimentos de Portfólio no Mercado Financeiro Doméstico*, de Prates, D.M., in *Abertura do Sistema Financeiro no Brasil*, Freitas, M.C.P., org. Ed. Fundap, 1999.

2 O Banco Central desenvolveu detalhado estudo sobre o tema, partindo da taxa de captação dos CDBs, e reconhecendo que o *spread* bancário no Brasil não pode ser atribuído apenas a fatores como risco ou custo de captação. Não percebe (?), todavia, que a cartelização do sistema financeiro e a dimensão da dívida pública jogam o papel decisivo no assunto. Ver *Juros e spread bancário no Brasil*, Banco Central, publicações, in www.bcb.gov.br

3 O estudo referencial sobre o tema é *Globalização e Desnacionalização*, de R. Gonçalves, Ed. Paz e Terra, Rio, 1999.

4 Vide *World Bank Discussion Paper*, num. 228, Claessens, S., M. Dooley e A. Warner.

5 *World Investment Report*, Genebra, 1995.

DÍVIDA EXTERNA Paula Esteban*

TRÊS PROPOSTAS PARA AS DÍVIDAS EXTERNAS

São apresentados, a seguir, os aspectos fundamentais de três propostas para a resolução, no âmbito mundial, da questão do endividamento soberano dos países em desenvolvimento.

Proposta do FMI

Conforme divulgado pela revista do FMI, *Finanzas y Desarrollo*, de março de 2002, a direção executiva do Fundo estuda uma proposta para ajudar os países a resolverem de forma ordenada e eficiente a questão da dívida externa insustentável.

Anne Krueger, com base no Código de Falência dos EUA, apresenta a proposta, ainda não formal, de um mecanismo de reestruturação da dívida soberana, que permite aos países irem ao FMI e pedir uma paralisação temporária no pagamento de seus débitos, negociando um novo calendário ou nova estrutura de endividamento, garantindo que o dinheiro se mantenha no país através de mecanismos temporários de controle de saída de divisas. Precaveria-se o rompimento das negociações do acordo de reestruturação e um *grab rate* entre os credores.

O objetivo é estimular devedores e credores a reestruturarem, por iniciativa própria, em comum acordo, de forma eficiente, dívidas soberanas insustentáveis, oferecendo ao país devedor uma proteção legal frente aos credores, enquanto ocorre a negociação. O devedor se compromete a negociar com boa fé, a implementar medidas econô-

micas consideradas apropriadas pelo FMI e dar tratamento equitativo aos credores. Impede-se que os governos posterguem a reestruturação considerada inevitável, incorrendo para o país em custos econômicos desnecessários e para a comunidade internacional em um esforço maior para reorganizar o sistema. Soluciona-se, também, a questão da coordenação dos credores.

Para assegurar novos empréstimos, se criaria um *status* de credor preferencial. Se não for possível restaurar o acesso ao capital privado, tornando o endividamento sustentável, faz-se necessário uma reestruturação com programa apoiado pelo FMI, que concede um empréstimo, limitado ao montante necessário para recompor as reservas e pagar por serviços e importações essenciais durante um período, desde que o país implemente um ajuste econômico e negocie com seus credores.

O mecanismo descrito suscita as seguintes questões:

1. sua base legal, que deve ter força de lei de forma universal;
2. quem o deveria operar? Para Krueger, o envolvimento do FMI é fundamental. Através dele, a comunidade internacional julga, de forma mais efetiva, a sustentabili-

dade do endividamento e a política econômica do país;

3. seu acionamento seria feito se o FMI endossasse o pedido do país devedor, com comprometimento de todos os credores com a decisão da maioria;

4. a garantia de que o devedor se comportaria bem seria dada pelo estabelecimento de um período máximo, a partir do qual a permanência do país no mecanismo seria aprovada pela maioria dos credores;

5. para quais tipos de dívidas os credores minoritários podem requerer a suspensão legal ou a obrigatoriedade de cumpri-la? Basicamente podem ser incluídas as dívidas externas soberanas e não soberanas e a dívida soberana pertencente aos residentes do país.

A presença desse mecanismo formal contribui para a estabilidade do Sistema Financeiro Internacional e ajuda a convencer os agentes privados de que as instituições oficiais não estão apenas esperando para pagar a fiança. Há redução do volume de capital que flutua para os mercados emergentes, o que é positivo, pois credores e devedores estão avaliando melhor os riscos, reduzindo a probabilidade de endividamento excessivo.

Proposta da UNCTAD

As idéias divulgadas no *Trade and Development Report*, de 1998 e 2001, constituem a segunda proposta. Abordam a necessidade de uma nova arquitetura financeira internacional, enfatizando a administração e prevenção de crises financeiras, pois a instabilidade é global e sistêmica, visto a volatilidade dos fluxos de capital, e os efei-

tos do endividamento se dispersam pelos diversos países, desordenando seus mercados monetários.

Os problemas de liquidez, devido à perda de confiança dos investidores e credores, se transformam em uma questão de insolvência e *defaults*, resultando em queda do valor da moeda do país devedor em cri-

se e em alta da taxa de juro – que nem sempre é instrumento eficiente na contenção da saída de capital do país, dificultando o pagamento da dívida externa.

A ajuda coordenada pelo FMI é, normalmente, prestada após o colapso monetário, para prevenir o *default*, não sendo capaz de evitar as crises. O TDR critica a ação

do Fundo, por proteger os credores de arca-rem com os custos de suas decisões de empréstimos, deixando todo o fardo sobre os devedores. Ao se assegurar garantias públicas *ex post* para débitos privados, se reduz a preocupação quanto aos riscos de liquidez e a percepção quanto ao risco de *default*. Discute-se, então, como dividir o peso da crise entre credores oficiais e privados, assim como entre país devedor e credor.

O FMI admite que, política e economicamente, é avaliado o *trade-off* entre o alto custo de financiamento futuro e a perda causada pelo ajuste doméstico rápido e profundo. O reconhecimento dessa dimensão política deve ser considerado, ao se delinear a nova estrutura global para lidar com tal questão.

O TDR sugere como possível solução para a questão da dívida externa recorrer ao Código de Falência dos EUA, já mencionado, onde constam princípios para um *work out* ordenado das dívidas pública e

privada, protegendo os interesses do devedor e promovendo uma reestruturação financeira.

O TDR aponta as seguintes propostas para a questão da crise do endividamento externo:

1. criação de uma Corte Internacional de Falência para aplicar uma versão da legislação dos EUA, na forma de um tratado internacional, com o poder de impor uma suspensão judicial automática, reestruturar a dívida e garantir um alívio do débito;

2. estabelecer uma estrutura para a aplicação de princípios de insolvência e práticas de reestruturação da dívida, incluindo negociação com o FMI, que deve sancionar adoção de *debt standstill*;

3. criação de um processo mais informal, no qual o FMI aconselharia o país devedor a suspender (ou não) o pagamento de sua dívida. A possibilidade do FMI não aprovar a solicitação desencorajaria a utilização de tal opção de forma estratégica;

4. estabelecer um painel independente para determinar se é justificável que o país em questão imponha restrição cambial, paralisando a dívida. A decisão unilateral do devedor é submetida à aprovação de referido painel, ganhando força legal.

Conjuga-se à paralisação da dívida um empréstimo concedido pelo FMI para as dívidas em atraso e a sua ajuda na captação no mercado de capital privado. Há resistência em se introduzir um sistema automático de rolagem da dívida, visto o receio de tal medida impedir o acesso ao mercado de capitais.

A UNCTAD ressalta que sem uma proteção regulamentada para os devedores não se assegura que a negociação com os credores resultará em distribuição equitativa do peso da dívida. De fato, os credores não têm arcado com o risco assumido, aceitando, o devedor, simplesmente um alargamento do perfil da dívida a custo de taxa de juro penalizante.

Proposta Alternativa

Esta proposta, focada em alcançar uma economia com capacidade de financiar um desenvolvimento socialmente justo, capaz de satisfazer necessidades da geração presente sem comprometer a satisfação das gerações futuras, é formulada por organizações como a ATTAC (Associação para a Tributação sobre Transações Financeiras e de Apoio ao Cidadão) e CADTM (Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo). Objetiva-se um desenvolvimento endógeno e integrado, com modelos parcialmente autocentrados, permitindo integração internacional.

Propõe a anulação da dívida externa pública do Terceiro Mundo, que, sem qualquer indenização, representaria uma perda de cerca de 5% do portfólio dos credores. Fundamenta-se na percepção da não legitimidade das dívidas contraídas contra os interesses da população e no princípio do direito internacional de força maior, já que mudança nas condições de um contrato é motivo suficiente para anulá-lo.

A anulação da dívida só seria benéfica se os recursos destinados ao seu pagamento formassem um fundo vinculado ao investimento e desenvolvimento do país, que

não dependeria das flutuações do mercado financeiro nem dos empréstimos concedidos por organismos internacionais, solucionando a questão de que a anulação da dívida exclui o país do mercado internacional de capital.

O fundo de desenvolvimento seria financiado por restituição ao país de origem de bens públicos desviados para o exterior; suspensão do sigilo bancário, propiciando o pagamento de multas fiscais, taxação efetiva das transações provenientes de paraísos fiscais e cálculo do imposto excepcional sobre fortuna; averiguação da origem dos recursos, que se fraudulenta ou criminosa seriam apreendidos; taxação das transações financeiras, constituindo fundos social, ecológico e de redistribuição; transformação da estrutura das relações financeiras internacionais, repartindo a carga da dívida entre devedores e credores, criando um Sistema Internacional de Inadimplência/Falência; e elevação da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, composta inteiramente de doações.

O intercâmbio desigual eleva o endividamento externo dos países em desenvolvimento, gerando déficit estrutural no

balanço de pagamentos, sendo fundamental reverter a tendência de degradação dos termos de troca dos países em desenvolvimento.

Para a proposta, é imprescindível um efetivo controle dos movimentos de capitais, impedindo sua saída repentina, crise cambial e alta da taxa de juro. Exige-se a re-regulação dos mercados financeiros, garantindo que as operações sejam transparentes e rastreáveis.

Para a proposta, o endividamento é legítimo quando decidido democraticamente, gera riquezas para o país e protege os países devedores em âmbito internacional. No caso brasileiro, a sustentação de tal proposta alternativa se centra na realização de uma auditoria do seu processo de endividamento, com participação da sociedade civil. Ademais do cancelamento da dívida ilegítima, o Congresso Nacional estabelecerá um limite orçamentário para o pagamento de serviços e amortizações de dívidas, a participação da sociedade civil no processo decisório de endividamento e a suspensão da política econômico-financeira de atração de capitais externos. ■

* Economista

DICAS E VERBETES

ECONOMIA DA INFORMAÇÃO

Nivalde J. Castro*

Obras e páginas da internet que mostram visões e propostas alternativas a respeito da América Latina e sua inserção no processo de globalização

A dimensão analítica desta área do conhecimento está passando por profundas transformações, por conta do processo de transição da sociedade industrial para a sociedade da informação. Destacam-se duas linhas analíticas importantes e essenciais para uma primeira abordagem a esta área de conhecimento.

A primeira é derivada do impacto do que se chamou por Nova Economia. Trata-se, sucintamente, do fenômeno das empresas PontoCom, que surgem da e na bolha especulativa da primeira fase de difusão das Tecnologias da Informação, notadamente da internet, no mundo econômico. Como o impacto desta difusão foi muito grande, vários autores questionaram a capacidade da teoria econômica interpretar e analisar a dinâmica econômica deste novo mercado.

Carl Shapiro e Hal Varian, no livro "Economia da informação: como os princípios econômicos se aplicam à era da Internet"

(Editora Campus, 1999), analisam com muita fundamentação teórica e muitos exemplos interessantes. O problema é que a tradução deste livro está ruim. Sugerimos o original em inglês ou a tradução espanhola (*El dominio de la información: una guía estratégica para la economía de la red*, Barcelona, Antonio Bosch, 1999).

A segunda linha analítica é mais ampla, pois inclui a economia da informação no bojo das transformações sociais, políticas, culturais e econômicas geradas pela nova sociedade da informação. A principal obra de referência nesta linha é o livro de Manuel Castells, em 3 volumes: *A Era da informação: economia, sociedade e cultura*, Editora Paz e Terra, 1999.

Pode-se indicar também um livro mais sintético de Castells, ainda não traduzido para o português: *La galáxia internet: reflexiones sobre internet, empresa y sociedad* (Barcelona: Arete, 2001).

Internet

Indicar *sites* é o mesmo que apontar estrelas em um céu sem nuvens e luz: há milhares delas. O melhor é indicar *sites* do tipo portal, que nos levam mais diretamente a conjuntos de informações disponíveis no ciberespaço. Portais que atuam como telescópios. Neste sentido, pode-se indicar:

- Biblioteca Virtual de Economia - Programa Prossiga-CNPq/MCT, desenvolvido pelo NUCA - Núcleo de Computação do Instituto de Economia da UFRJ. Trata-se de um portal onde são catalogadas informações de *sites* em formato de hipertexto. Esta biblioteca tem mais de 1.500 registros selecionados por critérios de valor das informações. Seu endereço é: www.prossiga.br/nuca-ie

ufrj/economia

- Biblioteca de *Working Papers*, da Rede Acadêmica de Ciência Econômica, onde se pode ter acesso a mais de 1.500 artigos de economia em versão integral. Todos os artigos estão classificados pelo JEL e por se tratar de um banco de dados há muitas possibilidades de pesquisa. Esta biblioteca é um projeto desenvolvido pelo NUCA. Seu endereço é: <http://race.nuca.ic.ufrj.br/> clicar em *working papers*.

Por último, sugere-se o motor de busca *Google*: www.google.com.br ■

* Professor do IE-UFRJ, coordenador do NUCA

Verbetes*

● **PLANO WHITE** - Denominação dada à proposta de Harry Dexter White, chefe da delegação norte-americana na Conferência de Bretton Woods, e que se contrapõe à proposta dos ingleses chefiados por Keynes. A questão central era como financiar os desequilíbrios dos Balanços de Pagamentos que ocorressem entre os países que constituiriam o Fundo Monetário Internacional. A proposta de White defendia a tese de que a oferta de recursos para fechar estes déficits deveria ser limitada e composta por moedas nacionais e ouro monetário. Seu temor era que se fosse adotada a proposta de Keynes - o Bancor - a oferta seria demasiadamente elástica e os americanos acabariam tendo que financiar com sua moeda e sua riqueza os desequilíbrios que surgissem em outros países. Veja também, Conferência de Bretton Woods; Plano Keynes.

● **PROBLEMA DA AGREGAÇÃO** - Denominação dada ao problema criado pela previsão de um comportamento macroeconômico a partir do comportamento de suas unidades microeconômicas constituintes. O problema surge porque qualquer tentativa de deduzir o comportamento macroeconômico do consumo, a partir do comportamento individual dos consumidores, esbarra nos problemas levantados pelo Teorema da Impossibilidade, e, ao mesmo tempo, as tentativas de deduzir o comportamento agregado das empresas esbarram nos problemas associados com as funções de produção agregadas. Veja também, Função de Produção; Teorema da Impossibilidade de Arrow.

● **SISTEMA CEPAL** - Denominação dada ao conjunto de organismos formado pela Cepal - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; o ILPES, Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social, e o CELADE, Centro Latino-americano de Demografia. Além da sede no Chile, possui duas sedes sub-regionais no México e em Porto Espanha, além de escritórios em Bogotá, Brasília, Buenos Aires, Montevideo e Washington. Veja também Cepal. ■

* A coluna Verbetes é uma contribuição do professor Paulo Sandroni, da FGV/SP, autor do "Novíssimo Dicionário de Economia" Contatos: novissimo@zipmail.com.br

COMO SU RESTRICÇÕES FISC

Nesta edição, no espaço da entrevista, o *JE* abre as páginas para duas equipes econômicas dos presidencialistas, na celebração do Dia do Economista, que atuam nas quatro principais candidaturas, sendo que por motivo de força maior, Anthony Garotinho não pôde comparecer. A seguir,



Cláudio Salm - Membro da equipe econômica da candidatura de José Serra

Voltar a crescer e gerar emprego

As prioridades do programa de José Serra são a questão do emprego e a da segurança. Segurança tanto no sentido da combatividade à criminalidade, como da segurança econômica, ou seja, a pretensão de construir uma efetiva rede de proteção social.

O principal instrumento para que o Brasil possa enfrentar com um mínimo de eficácia essas prioridades é a retomada do crescimento econômico. O que impede que retomemos o processo econômico? Justamente, o endividamento público e o constrangimento externo. Ou seja, os temas deste seminário: as restrições fiscais e externas, como superá-las.

O gargalo externo e as restrições fiscais são os principais responsáveis pela manutenção de uma taxa de juros estratosférica, que inibe o investimento e o crescimento. O déficit em conta corrente do balanço de pagamentos está na ordem de 4% ou mais do PIB. Isso é brutal e a meta do Serra é reduzir esse déficit a 2% do PIB, até 2006. Equacionadas a questão do balanço de pagamentos e a fiscal será possível, também até meados da década, reduzir a taxa de juros real para algo em torno de 6% a 7%.

Com relação à retomada do crescimento, Serra tem enfatizado que para ele é absolutamente necessário manter o seguinte tripé: regime de livre flutuação cambial, regime monetário a serviço de metas de inflação e um regime fiscal baseado na austeridade, ou seja, o cumprimento estrito da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não basta, porém, dizer que é preciso manter esse equilíbrio macroeconômico para que o país volte a

crescer. Esse é o discurso ortodoxo, oficial, do FMI. O que Serra adiciona e, talvez, crie uma diferença, é que só através do crescimento econômico seremos capazes de manter o equilíbrio macroeconômico. Resolver a questão fiscal e todo o tripé depende também da retomada do crescimento.

Com relação à questão fiscal, ele considera fundamental manter o compromisso assinado com o FMI, de superávit de 3,75% do PIB, ao ano. Vai ser duro, sem crescimento vai ser muito difícil e há quem diga que será insuficiente para fazer com que a dívida pública não cresça. O objetivo do superávit fiscal é evitar que a dívida pública cresça além do que é hoje, 58% ou pouco mais do PIB. Enfim, fazer a dívida pública em relação ao PIB diminuir. É uma tarefa difícil, pois três quartos da dívida pública no Brasil estão indexados ou a juros flutuantes ou ao próprio dólar.

Um superávit fiscal de 3,75% do PIB parece uma coisa monstruosa. Deve ser algo em torno de R\$ 40 bilhões, ou seja, mais ou menos o que o país gasta com a saúde, só para se ter uma idéia do que temos que reservar para pagar os juros da dívida e evitar que ela cresça.

Dívida externa e exportações

Com relação à dívida externa, ela também em princípio não é um grande problema, no sentido do seu montante, até porque a parcela sob responsabilidade do governo não passa de 20% da dívida externa total. A maior parte é dívida privada. Entretanto, como estamos vivendo essa crise cambial, isso passa a ser um problema, sim, no momento em que o mundo passa por uma crise, em que há uma escassez quase que absoluta de dólares e as linhas de crédito praticamente secam, para o Brasil. Como superar?

O programa prevê retomar a prática de crescentes superávits comerciais que possam contrabalançar com os encargos da dívida e demais pagamentos. Ele

identifica, como hoje todo mundo já sabe, a raiz do nosso estrangulamento externo à prática do regime cambial anterior, a farra com o real mais ou menos igual a um dólar e o que ele propõe é a geração de crescentes superávits comerciais. Como?

Não precisa ser muito criativo para perceber a necessidade de um programa de promoção das exportações brasileiras, usando inclusive instrumentos da nossa diplomacia, no sentido de derrubar as proteções, principalmente aquelas não tarifárias, dos EUA e da Europa.

O segundo instrumento para aumentar o superávit comercial é um ativismo governamental na política industrial e de substituição de importações. Em setores como componentes de informática, por exemplo, onde o Brasil tem um déficit que se aproxima de US\$ 9 bilhões, não há porque não se promover uma agressiva política de substituição de importações.

Mas não é só na informática. Na indústria têxtil, por exemplo, onde passamos a ter déficit, com o regime cambial anterior, e que agora está com superávits medíocres, o que também ocorre nos calçados. E porque não falar em substituição das importações na indústria tradicional, também, em razão dos estragos que foram feitos no primeiro governo de Fernando Henrique.

Um outro ponto importante é a decisão de utilizar grandes gastos que o Brasil vai ter que incorrer, como instrumento de negociação. A renovação dos caças da FAB, por exemplo. Não há porque não atrelar a decisão da compra à abertura de mercado por parte do país que venha vencer a concorrência.

Previdência e reforma tributária

Serra não defende uma reforma tributária abrangente. Ele não acredita nisso, porque acha que é uma negociação complicada demais, envolvendo interesses das três esferas da Federação. Mas pretende

PERAR AS AIS E EXTERNAS?

ulgar um resumo das palestras pronunciadas por representantes das
onomista, em 13 de agosto passado. Foram convidados economistas
s alheios à organização das palestras o representante do candidato
edição das palestras de cada um dos participantes.

fazer aquele mínimo indispensável para aumentar a
competitividade do país, ou seja, acabar com os im-
postos em cascata.

Serra pretende atacar o déficit da Previdência, que
hoje atinge cerca de 1% do PIB, através basicamente
do aumento da receita do INSS, elevando os contri-
buíntes, ou seja, aumentando o grau de formalização
da economia, e ainda através do combate às fraudes e
à sonegação. Ao mesmo tempo, pretende desonerar a
folha de pagamento, no que se refere à contribuição
patronal à Previdência, embora não tenha se com-
prometido ainda em definir qual seria a incidência
substituta.

Uma prioridade que acho importante ainda men-
cionar é o financiamento de longo prazo, que, no Brasil,
é muito pobre. A meta é elevar essa participação do
crédito no PIB dos atuais 28% ou 30% a algo como
40%, até meados da década, através de uma série de
reformas previstas para o mercado de capitais.



Maurício Dias David
Membro da equipe econômica
do candidato Ciro Gomes

Serra quer continuar a política de FHC

Gostaria, em primeiro lugar, dizer que fiquei en-
tando com a exposição do Cláudio Salm porque,
de uma certa forma, me poupou bastante das críticas
que queria fazer à plataforma do Serra e a visão que
ele tem em relação à economia do Brasil.

Anotei aqui a observação que ele fez sobre o ver-
dadeiro estrago na economia provocado por Fernando
Henrique, no seu primeiro governo. Essa crítica nós
temos. E na verdade o Serra se propõe a continuar
esse governo e vive esse dilema: é crítico, mas é can-
didato desse sistema que está aí, há oito anos gerindo

esse país e, me desculpem o tom cáustico e duro da
crítica, é o responsável por essa situação de vulnera-
bilidade extrema que o país chegou.

Essa crise tem um responsável, com nome e so-
brenome, que é Fernando Henrique Cardoso. Ele
comprova esse projeto de que o Brasil tinha que se
integrar a um processo de globalização, de maneira
passiva, porque seria o único caminho possível e
imaginável. FHC quando chegou ao poder, e para
quem o conheceu isso é visível, mudou completa-
mente. Sua prática e sua ação renegam totalmente
suas idéias do passado, sua interpretação da crise bra-
sileira, das raízes mais profundas e históricas do sub-
desenvolvimento da América Latina.

Ele compra esse projeto, renega seu passado, trai
seus ideais, seus companheiros e se compõe com aque-
les que sempre defenderam essa visão subordinada e
de alguma maneira colonialista — subordinação colo-
nial do Brasil ao Sistema Financeiro Internacional — e
executa o que nem a direita mais clássica, quando
esteve no governo, teve a audácia de fazer. Quero,
muito menos do que discutir a aridez dos programas
econômicos, me prender às propostas dos preside-
ciáveis e a capacidade deles de implementar saídas
ou soluções para problemas brasileiros.

Nesse contexto, inevitavelmente tenho que falar
do Serra porque acho que ele se propõe a ser conti-
nuidade desse sistema. Nós rechaçamos com vigor e
com toda a nossa energia a possibilidade de que essa
política nos leve a outro caminho que não seja a ru-
na mais absoluta e completa da economia brasileira.

Política econômica alternativa

Espero que o povo brasileiro tenha capacidade
de impedir que ele sente na cadeira presidencial. Nossa
interpretação é que esta política, que o Serra quer dar
continuidade, levou à vulnerabilidade externa, colo-
cou o Brasil às portas de um desastre, que já estava

iminente que iria acontecer. A responsabilidade total
é desse governo, que acabou obrigado a firmar novo
acordo com o FMI, que era a única saída, evidente-
mente, porque estava em uma situação em que “se
ficar o bicho come, se correr o bicho pega”. Não
havia outra solução possível se não fazer esse acordo,
que é fatal para o próximo governo, porque procura
engessar a política econômica do próximo governo.

Vamos herdar esta situação, em que o governo
assina um pacto que se propõe a inspeções coloniais
do FMI a cada três meses e um superávit fiscal pri-
mário de 3,75%. Quero alertar que Fernando
Henrique fez uma política de arrocho fiscal durante
todo o seu governo, não reajustou o salário dos funci-
onários públicos, deixou os professores universitários
à mingua, quebrou as universidades federais, deixou
as estradas do país esburacadas ao extremo — esse
governo que fez esse arrocho fiscal não conseguiu
em nenhum momento um superávit fiscal de 3,75%.

Então, é criminoso que ele assine um compro-
misso de querer engessar os candidatos de oposição a
um compromisso que nem ele conseguiu cumprir
em seu mandato. Aí está uma armadilha colocada
pelos interesses internacionais. O que está se arman-
do é um esquema para aprisionar, impossibilitar os
candidatos de oposição sair desse engessamento em
que tentam nos aprisionar.

A proposta de Ciro Gomes é trabalhar por uma
política econômica alternativa, de um governo e de
uma plataforma de coalizão com o PT, que façamos
um acordo histórico com o PT, e que seja uma dispu-
ta honesta, limpa e séria, digna, e quem ganhar con-
duza o processo, mas oferecendo um governo coali-
zão aos demais. A nossa proposta se resume nisso:
governo de coalizão com o PT para tirar o país dessa
crise, que é imensa e que é grave e que é o legado
criminoso dessa gente que tinha compromisso com
tudo, menos com o povo brasileiro, com os ideais de
patriotismo que deveriam reger a vida pública no Brasil.



Antonio Prado - Representante da assessoria econômica do candidato Lula

Um novo modelo de desenvolvimento

Se olharmos a história do Brasil, vamos verificar períodos em que o modelo de desenvolvimento foi de crescimento e emprego, mas com concentração de renda. Podemos identificar o período que vai de 1955 até 80 como um período que, após o ajuste feito pela ditadura militar, foi de crescimento econômico com geração de emprego, mas com concentração de renda.

A década de 90 é um período em que tivemos crescimento pífio, algo em torno de 2,5%, metade do crescimento histórico do país durante todo o século 20, muito abaixo desse período de 55 a 80, que foi em torno de 7% ao ano. Tivemos um período de exceção, nessa década de 90, em que houve algum crescimento econômico - 93, 94, 95, mas sem emprego e com concentração de renda.

O que está faltando em nossa história? A proposta e a vontade política de se implantar um modelo de desenvolvimento, com crescimento, emprego e distribuição de renda. Buscar uma nova utopia, que nunca foi realizada neste país. Esta é a nossa a nossa proposta.

Durante os anos 90, tivemos uma regressão brutal. Pior do que a estagnação é a regressão social. Pela primeira vez, tivemos desemprego de longa duração e o emprego em si foi se tornando mais precário. Tivemos um ataque brutal ao sindicalismo brasileiro. As reformas feitas foram sobre a sociedade civil, que foi subjugada. Houve uma regressão do ponto de vista democrático. Perdemos espaço de participação democrática.

Os três eixos do programa

Propomos três eixos no programa de governo - o social, da democracia e o da nação - porque durante esses 20 anos e, principalmente, na década de 90, dívidas sociais se acumularam e não foram pagas. Na questão da democracia, não queremos participação apenas no momento eleitoral, a democracia pontual. Queremos a participação da

sociedade nos rumos políticos do país, fiscalizando o Estado e suas políticas públicas.

E por que a nação no programa? Porque durante os anos 90 apareceu uma idéia de um internacionalismo diáfano, irresponsável, em que se falar de nação era sinônimo de anacronismo. Pregou-se um internacionalismo absolutamente estúpido. Por que estúpido? Porque os países desenvolvidos, durante esse período, defenderam e protegeram seus mercados todas as vezes que houve ameaça real a setores específicos de suas economias. Foi feita uma abertura - e não vamos esquecer o Tratado de Ouro Preto - em que houve uma redução brutal de alíquotas, se defendeu a indústria montadora de automóveis e se destruiu a indústria de autopeças, porque a alíquota foi reduzida para 2%. Era uma indústria nacional, e grande parte dela foi destruída, pois se perdeu a noção de nação.

Queremos propor um modelo de desenvolvimento, com crescimento, emprego e distribuição de renda, e resgatar valores fundamentais. Temos de defender a construção de uma rede de proteção social, que nunca foi plenamente constituída. Temos a responsabilidade de construir uma rede de segurança para o mundo do trabalho que foi destruída nos anos 90, apesar dos avanços que ocorreram nos períodos anteriores.

Temos que recuperar a esperança. A criminalidade não aumenta apenas porque existem quadrilhas se formando, ou porque existe um narcotráfico internacional totalmente integrado com interesses empresariais imensos. A substância que está por trás é a miséria, a exclusão, a falta de esperança. Temos que tratar da segurança? Sem dúvida nenhuma. É uma questão imediata, que afeta o cotidiano principalmente dos mais pobres, que são os mais inseguros, convivem diariamente com a violência, a brutalidade do bandido, da polícia e da sociedade que o exclui. É isso que temos que mudar.

Temos que apresentar um modelo de desenvolvimento novo. O ponto de partida para a construção dessa nova alternativa é bom? Não, é péssimo. O que acumulamos durante a década de 90? Uma dívida interna imensa, que não teve contrapartida na construção da sociedade brasileira. Saímos de uma dívida de R\$ 65 bilhões, em julho de 94, e estamos em R\$ 750 bilhões. R\$ 334 bilhões dessa dívida são apenas acumulação de juros. E por que? Foram feitos saneamen-

tos de empresas para privatizar? Sim. E que empresas foram vendidas? Empresas de serviços, vendidas para capitais internacionais, que demandam dólares para o envio de lucros para o exterior, mas não geram dólares.

Gerou-se um desequilíbrio dinâmico nesse processo de privatização. Não estou nem entrando na questão da legitimidade, se o processo foi lícito ou não. Estou dizendo que foi feito um erro brutal do ponto de vista macroeconômico, a partir do processo de privatização realizado nos anos 90. Abandonou-se o planejamento. O serviço público brasileiro foi valorizado? Não. Foi esvaaziado, desmoralizado, humilhado. Perdeu-se a noção do serviço público.

Vontade política de mudar

A vulnerabilidade externa cresceu por causa de um imenso populismo cambial. Quanto acumulamos de déficit de transação corrente nos últimos oito anos? US\$ 200 bilhões. Eles se transformaram em investimentos produtivos? Não, e sim em desnacionalização da estrutura produtiva. A grande maioria dos recursos de investimento direto estrangeiro que entraram no Brasil, durante esses anos, não foi investimento produtivo. Acabamos acumulando um passivo externo de US\$ 420 bilhões, que demanda pagamento de juros, lucros, e assim por diante.

Precisamos aumentar as exportações? Sem dúvida. Precisamos substituir importações? Sem dúvida. O diagnóstico da vulnerabilidade externa em relação à questão da taxa de juros é correto: reduzindo a vulnerabilidade externa, gerando saldos comerciais, poderemos gradualmente reduzir a taxa de juros. A questão é: vontade política de caminhar nesta direção.

Temos que trabalhar a questão fiscal. O secretário da Receita Federal, para surpresa de todos nós, disse que de cada R\$ 1 arrecadado, R\$ 0,80 são sonegados. Existe uma sobrecarga de impostos sobre determinados setores da sociedade e outros têm uma facilidade enorme de evasão. Temos que combater a sonegação fiscal e uma questão elementar, da qual pouco se fala: a sonegação dos encargos trabalhistas. Existe uma imensa desobediência civil no que se refere aos encargos trabalhistas e nada é feito. Trabalhemos na direção de fazer uma reforma tributária, com esse princípio: todos pagarem para que cada um pague menos. ■

PENSAMENTO ECONÔMICO Marcos de Barros Lisboa* (Final)

A CONTRIBUIÇÃO DE RICARDO TOLIPAN

A História do Pensamento Econômico como lugar de combate, processo, e não palavra final

A originalidade da contribuição de Tolipan encontra-se, precisamente, em enfatizar a ironia e o conflito como elementos fundamentais para o próprio pensamento econômico. A construção de verdades deve sempre se opor o ceticismo ao discurso, a ênfase nas limitações e a fragilidade dos seus argumentos.

Deve-se, sobretudo, rejeitar as falsas tentativas de resolução de conflitos, que se manifestam quando se trata o discurso proposto como resolvendo dificuldades, imperfeições ou visões de mundo equivocadas dos discursos que o precedem. Cabe à história do pensamento econômico, precisamente, enfatizar a diferença, os caminhos distintos propostos, os projetos de pesquisa que foram abandonados.

A ironia aparece, em Tolipan, quando essa abordagem em história do pensamento econômico termina por concluir pela impossibilidade do próprio discurso que se propõe a resgatar. Seguir fielmente a abordagem proposta por algum autor ou corrente e terminar por concluir pela existência de contradições internas ao próprio discurso ou, então, pela impossibilidade da abordagem de tratar o objeto de análise por ela mesma escolhido, eis a ironia destacada por Tolipan.

A ironia de Sraffa

Seria precisamente a ironia, segundo Tolipan, o aspecto peculiar da contribuição de Sraffa. A discussão sobre retornos decrescentes (Sraffa, 1926) foi a primeira formulação consistente da curva de custo tradicional dos livros-texto e, simultaneamente, apontaria a existência de contradições internas que a inviabilizariam. O resgate da contribuição

de Ricardo passa pela interpretação de uma carta sua que foi perdida e cujo conteúdo pode ser apenas sugerido pela resposta de Malthus (Sraffa, 1951).

Por fim, "Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias" resgata e avança a teoria dos preços proposta por Ricardo e termina por revelar a impossibilidade dessa teoria tratar os temas que o próprio Ricardo teria elegido como centrais do pensamento econômico.

A interpretação dos trabalhos de Sraffa como essencialmente irônicos talvez seja das mais originais contribuições em história do pensamento econômico no Brasil que conheço. A construção saborosa do argumento surpreende por ser inesperada, e seduz por aliar o domínio da palavra ao do tema. Talvez estas sejam precisamente as principais características da contribuição de Tolipan: o tema surpreendente e o cuidado tanto com a estética quanto com a erudição ao desenvolvê-lo.

Tolipan elege, como referência para a análise da retórica em economia, o ceticismo de Nietzsche e sua visão crítica do discurso científico que se afirma como verdade e, surpreendentemente do meu ponto de vista, ignora a de Popper, a qual, ainda que semelhante à de Nietzsche, nesses aspectos, enfatiza a possibilidade do debate a partir das implicações empíricas do discurso científico.

Em Popper, também, a crença no discurso existente como verdade é mistificadora. Afinal, seria impossível verificar a veracidade das proposições empíricas universais, e o estado de qualquer ciência caracteriza-se pela existência de proposições conflituosas, inevitavelmente à espera de

serem falsificadas. Popper adiciona, porém, a tentativa de corroboração empírica dos discursos como elemento que distinguiria a ciência das demais explicações.

Se essa adição não permite a resolução positiva do discurso científico em direção à verdade, ao menos permite um confronto com elementos que talvez lhes sejam externos, e confere ao debate na ciência um aspecto singular: a tentativa de rejeitar discussões sobre aspectos dos discursos que não sejam passíveis de falsificação empírica, imprimindo uma natureza específica à retórica do discurso científico.

O legado de Tolipan

Cerca de dois anos atrás, Ricardo Tolipan aposentou-se da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Durante muitos anos, foi parte integrante de diversos debates naquela casa, caracterizando sua participação sempre pelo bom humor, elegância e erudição, sem nunca, porém, abrir mão da ironia.

Sua contribuição decisiva no debate sobre o papel da história do pensamento econômico na formação do economista e na teoria econômica, o resgate dos autores clássicos e a apresentação elegante dos trabalhos de Sraffa marcaram uma geração de alunos e professores daquela casa.

Tolipan foi instrumental em manter vivo o debate, criticando qualquer tentativa de construção de um discurso hegemônico, sempre cultivando a diferença e o argumento inesperado como atributos essenciais do trabalho acadêmico. Além disso,



instruiu, divertiu e orientou muitos alunos em teoria econômica.

Sua abertura ao debate se refletiu na orientação de teses de mestrado com caminhos, métodos e resultados bastante dispares, indo do neo-ricardianismo a leituras heterodoxas de Keynes, terminando em teses com sabor neoclássico. Essa abertura inegociável ao debate, à crítica e à pluralidade, sem a perda do bom humor, elegância e gentileza, talvez tenham sido sua característica mais marcante durante seus anos como professor da UFRJ.

Para celebrar esse rito de passagem que é a aposentadoria, João Bosco Machado, Ricardo Henriques, Samuel Pessoa e eu

organizamos um seminário sobre História do Pensamento Econômico na UFRJ, expressando nossa gratidão e a dos participantes às várias contribuições de Tolipan. Esse número da Revista Brasileira de Economia reúne alguns dos trabalhos apresentados nesse seminário.

Permanecendo fiel à provocação, neste número estão escolhidos os trabalhos em uma área que nunca foi muito discutida por Tolipan: a macroeconomia. Pela mesma razão, não resisti à provocação de perguntar nesta breve introdução: por que não enfatizar o papel da análise empírica na retórica da economia, a qual, se não elimina a natureza apriorística do discurso, ao menos, talvez, defina regras específicas para debates que,

parecem-me, são particularmente relevantes na análise do desenvolvimento do pensamento neoclássico nas últimas décadas?

Tenho por Ricardo Tolipan gratidão e afeto. Ele foi meu orientador de mestrado, em uma tese que se propunha originalmente neo-ricardiana e terminou por apontar na direção neoclássica. Ricardo acompanhou e orientou todo o processo com disponibilidade, erudição e, acredito, certo prazer em um trabalho que se revelou o oposto do que se pretendia ser.

A aposentaria talvez não incomode a quem sempre cultivou o prazer e a reflexão aconchegada como atributos da elegância. Afinal, em Ricardo, o começo, antes da ironia, é a estética. Que a expressão de nossa gratidão e algumas pequenas provocações o façam logo retornar ao debate com o ceticismo, independência e bom humor que sempre se destacaram nas suas contribuições. Felicidades, meu amigo.

Referências bibliográficas

Amadeo Swaelen, E. (1982): *Desemprego, salários e preços: um estudo comparativo de Keynes e do pensamento macroeconômico da década de 1970*, VI Prêmio BNDES de Economia, BNDES, Rio de Janeiro.

Belluzzo, L. G. de M. (1980): *Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política*, Livraria Brasiliense Editora S.A., São Paulo.

Jobim, A. J. G. (1984): *A Macrodinâmica de Michal Kalecki*, Edições Graal Ltda., Rio de Janeiro.

Pires, E. (1984): *Ensaio econômico*, Edições Achiamé Ltda., Rio de Janeiro.

Possas, M.L. (1983): *Dinâmica e ciclo econômico em oligopólios*, Campinas, Unicamp.

Sraffa, P. (1926): "The laws of returns under competitive conditions", *Economic Journal* (XXXVI).

_____ (1951): "Introduction", In: Ricardo, D., *Complete Works*, Vol. I, Cambridge University Press.

_____ (1960): *Production of commodities by means of commodities – prelude to a critique of economic theory*, Cambridge, Cambridge University Press.

Tavares, M. C. (1978): *Ciclo e Crise – O Movimento Recente da Industrialização Brasileira*, RJ, Tese de Titular pela Faculdade de Economia e Administração da UFRJ.

Tolipan, R. de M. L. (1990): *A Ironia na História do Pensamento Econômico*, Série PNPE – 23, Rio de Janeiro, INPES/IPLEA.

* Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas.

1 A interpretação da contribuição de Sraffa como irônica encontra-se em Tolipan (1990), sobretudo na seção III.2.

2 Sendo um pouco provocador com Tolipan: não seria Nietzsche mais uma crítica ao racionalismo alemão do que ao discurso científico? Afinal, a construção do pensamento científico, sobretudo anglo-saxão, não foi simultânea ao desenvolvimento de uma visão cética sobre a possibilidade de compreensão racional do real, presente, por exemplo, em David Hume, John Stuart Mill, William James, entre outros? Visão cética essa, porém, que não rejeita a especificidade empírica do pensamento científico, que, portanto, deve necessariamente ser pragmático? Não seria, por fim, Popper o encontro da filosofia da ciência alemã com a anglo-saxã, cético sobre a possibilidade de acesso à verdade, porém pragmaticamente otimista?

Nota: Esse artigo, cuja primeira parte foi publicada na edição passada, fez parte das homenagens prestadas a Ricardo Tolipan, quando de sua aposentadoria como professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FEA/UFRJ).

PRÊMIO DE MONOGRAFIAS Alexandre Siciliano Espósito*

PRIVATIZAÇÃO DA LIGHT: VENDA SEM APARATO

O artigo a seguir é baseado na monografia vencedora do XII Prêmio de Monografias, edição 2002, promovido pelo Corecon-RJ

A experiência brasileira em privatização de concessionárias estaduais de eletricidade deixa algumas lições importantes para os reguladores nacionais. A principal delas é que privatização não é sinônimo de reestruturação dos setores de utilidade pública, mas apenas uma etapa ulterior. O papel e a ação do regulador, sustentados por marcos regulatórios bem estruturados, tornam-se cruciais para evitar a deterioração dos serviços públicos como resultado do esforço de redução de custos das empresas.

Esta foi a principal conclusão da monografia intitulada Privatização da Light: a repartição dos ganhos de produtividade, de Alexandre Siciliano Espósito, defendida em dezembro de 2000, sob a orientação do professor Adilson de Oliveira, do Instituto de Economia da UFRJ.

Premido por necessidades fiscais, o governo federal iniciou a privatização da indústria de eletricidade sem a prévia concepção e implementação de um novo modelo institucional para o setor. A Light foi privatizada em 1996, porém, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) só iniciou sua atuação efetiva em fins de 1997. Assim, foi assinado um contrato de concessão com a gestão privada dessa distribuidora sem um aparato regulatório previamente estabelecido.

Após a privatização, as mudanças na distribuidora carioca foram imediatas. Houve um corte de cerca de 37% no efetivo de trabalhadores, notadamente de eletricitistas, e implementada uma política de rápida terceirização de diversas atividades. Tais medidas visaram alcançar drástica redução de custos em prazo re-

lativamente curto, porém, contribuíram para a deterioração da qualidade dos serviços prestados.

Este efeito pôde ser percebido pelos consumidores através de seguidas interrupções de fornecimento e, principalmente, através das oscilações de tensão elétrica na rede. Em consequência disto, houve expressivo aumento do número de queixas tanto de consumidores residenciais e comerciais, registradas no Procon-RJ, quanto de consumidores industriais, como identificado em pesquisa realizada pela Pirjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) junto a esses últimos. Estes problemas arrefeceram após o início das atividades da Aneel, particularmente após ter esta agência aplicado à Light penalidade de R\$ 2 milhões, em 1998.

Lucros mais que dobraram

Mesmo após a criação do órgão regulador, a fragilidade do marco institucional permitiu que a concessionária carioca se apropriasse de todos os benefícios decorrentes das reduções de custos alcançadas pela empresa nos primeiros anos pós-privatização. Os consumidores não desfrutaram desses benefícios, pois, no mesmo período, sofreram aumentos tarifários em termos reais (descontada a inflação).

A margem de lucro da empresa, expressa em megawatt-hora vendido, mais que dobrou nos primeiros anos, passando de R\$ 8/MWh, em 1995, para R\$ 16,7/MWh, em 1997. Várias são as explicações para essa evolução:

i) o consumo de energia – em parti-

cular o residencial, que arca com as tarifas mais elevadas – cresceu a taxas expressivas (cerca de 5% ao ano);

ii) o regime tarifário implementado permitiu o repasse dos custos não controláveis da empresa, enquanto os custos controláveis foram indexados ao índice geral de preços (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas, que tem evoluído acima dos índices de preços ao consumidor (IPC) da Fipe e do IBGE;

iii) ao contrário das experiências internacionais, o contrato de concessão da Light assegurou à empresa todos os seus ganhos de produtividade (o fator de repasse de ganhos ao consumidor, previsto no regime tarifário de preço-teto incentivado e contemplado no contrato de concessão, foi fixado em zero nos oito primeiros anos de gestão privada).

De esta forma, a Light se apropriou de todos os ganhos decorrentes de reduções de custos e da elevação na tarifa média, ficando os consumidores apenas com os custos da deterioração na qualidade dos serviços.

Ironicamente, os benefícios que a Light alcançou nos primeiros anos após sua privatização foram capturados pelos especuladores do sistema financeiro, quando houve a desvalorização cambial de 1999. A imprudente decisão de se endividar em moeda forte, sem proteção cambial, para adquirir a Eletropaulo, em 1998, elevou desmesuradamente os custos financeiros da Light. Em consequência disto, a rentabilidade da concessionária não mais apresentou resultados positivos até o ano de 2001, o que a levou a solicitar aumentos tarifários para

restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Muitos reformadores acreditavam que os controladores estrangeiros facilitariam a obtenção de créditos externos a taxas de juros favoráveis. No entanto, os empréstimos e emissões de títulos externos só foram realizados com prazos de vencimento muito curtos (de seis meses a um ano). Financiamentos de longo prazo (com vencimentos de cinco anos ou mais) só foram garantidos praticamente através da ação do BNDES. Após a desvalorização cambial, o papel deste órgão cresceu, tornando-o a principal instituição de crédito da Light, sobretudo pela necessidade de nacionalizar e alongar o perfil da dívida da concessionária.

Em síntese, coube ao Estado arcar com os reveses do mal-financiamento da empresa. Papel este que deveria ser dos controladores privados, uma vez que o que motivou a privatização foi justamente a transferência à iniciativa privada do ônus de financiar os setores de utilidade pública.

Parâmetros para uma regulação

A experiência da Light ilustra a importância do quadro regulatório e, particularmente, da capacidade de atuação do regulador no mercado elétrico em construção. Deste modo, para que o marco regulador esteja bem estruturado, alguns pontos devem ser destacados.

Primeiro, é indispensável que o regulador esteja aparelhado de mecanismos de controle de qualidade dos serviços que sejam independentes da concessionária, operados diretamente pelos consumidores. Estes são, na verdade, os únicos agentes capazes de oferecer um quadro claro da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias.

Segundo, é preciso definir um valor positivo desde o início para o fator de repartição dos ganhos de eficiência com os consumidores, pois em sistemas em franca expansão, como o brasileiro, são muito significativas as oportunidades de ganhos de eficiência econômica à disposição das concessionárias. Neste sentido, é preciso estabelecer regras e mecanismos para a estimativa deste fator

que permitam antecipar com transparência estas oportunidades.

Terceiro, a monitoração pelo regulador dos esquemas de financiamento adotados pelas concessionárias continua sendo necessária, particularmente quando estes envolvem financiamentos externos sem a correspondente proteção quanto ao risco cambial. Sem isto, o Estado corre o risco de ter que alocar grande soma de recursos escassos para socorrer empresas mal-administradas.

Quarto, a distinção entre o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e o da concessionária é essencial. Os consumidores do Rio de Janeiro, cujas tarifas garantiam uma remuneração superior à prevista na equação de equilíbrio econômico-financeiro da área de concessão, não podem ser penalizados pela decisão da concessionária de se endividar para investir em outras áreas de concessão. ■

*** UFRJ, vencedor do XII Prêmio de Monografias (2002), promovido pelo Corecon-RJ**

XII Prêmio de Monografias Resultados

Título da Monografia	Instituição	Orientador	Aluno	Classificação
Privatização da Light: a repartição dos ganhos de produtividade	UFRJ	Adilson de Oliveira	Alexandre Siciliano Espósito	1º Lug
A curva de Phillips no modelo de inflation targeting brasileiro	PUC/RJ	Dionísio Dias Carneiro	Marcelo Ferman	2º Lug
Teoria e evidências do regime de metas inflacionárias	UFF	João Sicsú	Manoel Carlos de Castro Pires	3º Lug
Modelos alternativos de determinação da taxa de câmbio da Argentina	UFRJ	José Carlos Miranda	Breno Pietracci	M. H.
Rio de Janeiro, escolas de samba e relações de trabalho: entre o dinamismo flexível e a informalidade precária	UFRJ	Marcelo Paixão	Pedro Quaresma de Araujo	M. H.

Banca Examinadora do XII Prêmio de Monografias do Corecon/RJ:
Professores Eduardo Scaletsky – UFRRJ (Presidente); Gervásio Resende (UFF);
Luiz Fernando de Paula (UERJ); Antonio Fiorenco (Ibmec); e Renata Lèbre La Rovere (UFRJ)

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

PREFEITURA FAZ CAIXA PARA 2003

Análise da execução do Orçamento revela contenção nas despesas

A análise sobre o Relatório de Gestão Fiscal do Orçamento do Município relativo ao primeiro quadrimestre deste ano revela que, no período, apenas 6% das despesas de capital orçadas foram liquidadas e, das despesas correntes, 26% da previsão anual. Considerando que o período refere-se aos quatro primeiros meses do ano, a estimativa seria de que, na média, receitas e despesas estivessem em torno de 33% do total previsto.

O resultado dessa política de gastos baixos é um superávit orçamentário de R\$ 774 milhões, no período. Como resultado primário, um superávit financeiro de R\$ 632 milhões, isto é, as despesas liquidadas deduzidas das receitas arrecadadas, desconsiderando receitas e despesas com amortizações e juros.

Qual será a intenção do atual prefeito César Maia com essa política de contenção de gastos verificada pelo baixo percentual liquidado até o momento das despesas de capital? Estaria o prefeito fazendo a mesma política utilizada no seu primeiro governo, quando "fez caixa" no início para no final do mandato gastar mais intensamente?

Dados inexplicáveis

Analisando o Relatório de Gestão Fiscal do Orçamento do Município sob o ponto de vista das receitas, é possível concluir que o total arrecadado está dentro da média, com cerca de 34% da previsão para o ano já realizado, o que não quer dizer que todos os itens das receitas tiveram este desempenho. A arrecadação tributária, por exemplo, já está com 42% do total previsto realizado, o que pode ser considerado normal, pois a arrecadação de alguns tributos, como o IPTU, concentra-se no início do ano.

Das transferências de convênios já foram realizados 6,7% do total previsto e das operações de crédito 11%. Estes dois itens dependem de terceiros e, desta forma, podem ocorrer ou não. Inexplicável são os 80% já realizados da previsão das receitas de contribuições, uma vez que esse tipo de arrecadação segue a folha de pagamento dos servidores municipais.

Outro ponto que chama a atenção é a arrecadação das receitas de aplicações financeiras (patrimonial) já estarem em 62% do que foi previsto. O que terá acontecido com estas receitas? Diante desses dados, podemos supor que a previsão das aplicações financeiras foi subestimada, uma vez que já era conhecido o fato de que a disponibilidade em caixa seria alta e, portanto, a receita das aplicações seria maior.

No item receitas correntes diversas, a arrecadação está em 1,7% da previsão (R\$ 15,5 milhões) e nele está incluída uma receita extraordinária de R\$ 850 milhões, que supõe-se ser para o pagamento da dívida. Fazendo aqui um breve retrospecto sobre esse assunto, podemos dizer que a negociação da dívida com a União começou em julho de 99, no governo Conde.

A princípio, a prefeitura poderia negociar a dívida a juros de 9% a.a. ou 6% a.a., mais correção pelo IGP-DI. O preço da segunda opção seria o compromisso de pagar 20% da dívida até março de 2002, além dos juros. Caso não conseguisse alcançar essa meta, os juros voltariam à taxa Selic (17% a.a.), o que a tornaria impagável. Em função desse risco, a prefeitura optou pela taxa de 9% a.a., com maior prazo para amortização.

No processo de negociação das dívidas, foi aprovada medida provisória, em abril de 2000, que permitia a redução das taxas a 6% e suprimia a cláusula que vinculava o saldo à Selic. A

prefeitura carioca, como outras, buscou renegociar o acordo, visando a queda dos juros a 6%. No entanto, a escolha dessa taxa continuaria exigindo a quitação de 20% até março de 2002.

Caso conseguisse cumprir esse acordo – e como podemos ver não conseguiu – a diferença seria recalculada e a variação de juros incorporada ao saldo devedor. Já estamos em julho e o que se sabe é que a prefeitura está tentando prolongar o prazo de pagamento da dívida (R\$ 850 milhões) para novembro deste ano. Considerando que a arrecadação desse montante é fictícia, não se sabe de onde virá essa receita.

Um outro ponto, nas despesas, é que apenas 2% da previsão de amortização da dívida para o ano foram liquidados até abril.

Percebe-se, pelo total das despesas, que algo está fora dos padrões, pois só 21% da previsão anual foram liquidados. Das despesas com a dívida, as amortizações foram liquidadas em apenas 2% da previsão anual, e o pagamento dos juros em 26% do previsto. As despesas com investimentos também se destacam, uma vez que estão abaixo da média prevista para o período, representando apenas 11% da previsão para o ano.

Segundo reportagens publicadas na imprensa em 11 de julho passado, a intenção dessa política, conforme a secretaria de Fazenda, é chegar ao fim do ano com disponibilidade em caixa de R\$ 2,5 bilhões, o que permitiria o aumento dos investimentos em 2003, principalmente em obras.

Resta saber se a população está de acordo com essa política e se é possível esperar o cumprimento de tais "promessas", uma vez que tal política de contenção das despesas adotada pelo prefeito pode estar provocando falhas no andamento de alguns programas sociais. ■

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Equipe técnica: Luiz Mario Behnken, coordenador, Daniela Faria, Eduardo Kaplan e Renato Elman.

CORECON: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20054-900 - Tel.: (21) 2232-8178 - Fax.: (21) 2509-8121 - Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: <http://www.economistas.com.br> - Lista de discussão: forumrio@rits.com.br
As reuniões do Fórum são abertas: todas as quintas-feiras, às 18h, na sede do CORECON-RJ

INSTITUCIONAL

ELEIÇÃO NO CORECON SERÁ EM 30 DE OUTUBRO

Votação será na sede do Conselho e serão aceitos votos por correspondência

Outubro vai ser o mês do voto para os economistas fluminenses. Além das eleições gerais e dos possíveis segundo turnos, os profissionais de economia do Rio de Janeiro vão às urnas, no próximo dia 30/10, para a renovação do segundo terço do Conselho Regional de Economia (Corecon-RJ) e eleição do Delegado Eleitor para o Colégio Eleitoral do Conselho Federal de Economia (Cofecon).

De acordo com o edital divulgado pelo Conselho, a votação será feita na própria sede do Corecon-RJ, das 9h às 18h, e "poderão votar os economistas registrados na jurisdição deste Conselho, portadores de inscrições definitivas ou provisórias e quites com as anuidades até a data da realização do pleito, não sendo permitido o voto por meio de procuração".

O voto por correspondência, contudo, será permitido, atendendo resolução do próprio Cofecon. O economista, entretanto, terá de encami-

nhar o voto nos envelopes padronizados, à Caixa Postal do Corecon-RJ, postados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e recebidos até antes do encerramento dos trabalhos de votação, conforme expresso no edital.

Serão eleitos três Conselheiros Efetivos e três Suplentes, com mandato de três anos (2003/2005), e um Delegado Eleitor Efetivo e um Suplente para o Colégio Eleitoral do Cofecon. De acordo com o edital, a Comissão Eleitoral, encarregada de dar execução ao processo, é constituída pelos economistas Reinaldo Gonçalves, Antonio Melki Junior e Gilberto Alcantara Cruz.

Eleição 2º Terço do Corecon-RJ – 30 de outubro

Local de Votação – sede do Conselho: avenida Rio Branco, 109 / 19º, de 9h às 18h.

X Prêmio Brasil de Economia

Cumprindo seus objetivos de incentivar a pesquisa econômica e estimular a produção acadêmica voltada para o conhecimento da realidade brasileira, o Conselho Federal de Economia lançou o X Prêmio Brasil de Economia de 2002.

As inscrições poderão ser efetuadas até o dia 29 de novembro de 2002 e os prêmios variam obedecendo ao seguinte critério, por categorias:

Tese de doutorado = R\$4.000,00
Dissertação de mestrado = R\$3.000,00
Artigo = 1º lugar R\$2.000,00; 2º lugar R\$1.500,00.
Monografia de graduação = 1º lugar – R\$1.500; 2º lugar – R\$1.000,00 e 3º lugar R\$500,00

A íntegra do regulamento pode ser lida no site www.cofecon.org.br.

I Concurso de redação sobre tributação e cidadania

O Sindicato dos Fiscais de Rendas do Estado do Rio de Janeiro e o Fórum Fisco RJ, com o apoio da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, instituíram o I Concurso de Redação sobre a Tributação e a Cidadania para estudantes de nível médio e universitário. O objetivo é o de melhorar a compreensão da sociedade sobre o significado dos tributos e a importância da aplicação do dinheiro público em benefício da população. A data limite de entrega dos trabalhos é o próximo dia 30 de setembro. O primeiro colocado receberá R\$ 2 mil e o segundo receberá R\$1,5 mil. O regulamento está disponível no site www.sinfrerj.com.br.

I Prêmio BB Universidade de Brasília de Economia

O Departamento de Economia da UnB e o Banco do Brasil estão lançando o I Prêmio Banco do Brasil – Universidade de Brasília de Economia para artigos publicados em revistas brasileiras ou estrangeiras dentro do assunto Economia brasileira. O prazo de inscrição se estende até o dia 20 de setembro. Mais informações no site www.unb.br/ih/eco/premiobbunb.

CLUBE DE ECONOMIA

No último JE foi publicado o encarte dos convênios firmados pelo Corecon-RJ. São 130 contratos assinados para prestar serviços ao estudante de economia, ao economista e aos seus dependentes diretos. O Clube de Economia continua se expandindo.

- A Pousada Cabanas Açu, situada em Cordeiros, Petrópolis, oferece aos economistas e estudantes de economia associados ao Corecon-RJ quatro diárias, com direito a acompanhante e café da manhã. Envie um e-mail para coreconinst@altermax.com.br com o assunto Final de Semana na Serra e concorrerá a uma promoção. O sorteio público será realizado no dia 13 de novembro, às 15h, na sede do Conselho.

- A Academia Brasileira do Concurso Público (rua Everisto da Veiga, nº 20 - 2º e 3º andares - Centro - Rio de Janeiro) está oferecendo três bolsas de estudo integrais para qualquer um de seus preparatórios. Envie um e-mail para coreconinst@altermax.com.br com o assunto Bolsas da ABEC e concorrerá a uma bolsa. O sorteio será também realizado no dia 13 de novembro, às 15h, no Corecon.

Funcionários e Conselheiros do Corecon/RJ, bem como seus familiares, não poderão participar do sorteio.

Programação de cursos

Curso	Professor	Data e Hora	Critérios
Cenários econômicos aplicados ao planejamento estratégico	Júlio Flávio Miragaya • Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, pela UnB e Gestão do território, pelo IUPERJ/UFRRJ e Consultor de Empresas	Dias 30 de setembro, 1 e 3 de outubro, das 18h às 21h30min.	• Ser economista ou estudante de Economia registrados no Corecon/RJ • Efetuar pagamento de R\$30,00
Matemática Financeira	Nelson Buzanovsky • Mestrado em Economia Empresarial (UCAM) • Pós-graduação em Engenharia da Produção (COPE/UFRRJ)	Dias 19 e 26 de outubro, das 10h às 17h.	• Ser economista registrado no Corecon/RJ. • Efetuar pagamento de R\$30,00
Perícia Econômico-financeira e Cálculo Pericial	A confirmar		• Ser economista registrado no Corecon/RJ. • Efetuar pagamento de R\$340,00

Nos cursos programados serão reservadas vagas para bolsas parciais ou integrais. Visite a página na internet ou telefone para 2232 8178 – ramais 32 ou 45. Preencha o formulário no site www.economistas.com.br e garanta sua vaga para os próximos cursos programados.